

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ: 19.486.977/0001-99

31 de dezembro de 2021
com Relatório do Auditor Independente

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias
Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Índice

Relatório da administração regulatório.....	1
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias	3
Demonstrações contábeis regulatórias auditadas	
Balanço patrimonial.....	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração da mutação do patrimônio líquido	9
Demonstração do fluxo de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	11

Relatório da Administração Regulatório

A Administração da Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("MAR" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à apreciação dos senhores acionistas o Relatório da Administração Regulatório em conjunto com as demonstrações contábeis regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, com o objetivo de divulgar o desempenho da Companhia para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

A Companhia

A MAR é uma controlada da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa") e atua no segmento de transmissão de energia elétrica baseada no seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de existência. A MAR atua na região Sudeste e responde por 0,05% da RAP da Rede Básica de transmissão do Brasil.

A entrada em operação comercial do empreendimento, objeto do Contrato de Concessão nº 011/2014, ocorreu em 04 de junho de 2020, com o Termo de Liberação Definitivo emitido em 08 de junho de 2020, para todas as funções de transmissão de MAR.

Concessionária privada do serviço público de transmissão de energia elétrica, a Companhia detém a concessão de linha de transmissão da Rede Básica que compreenderá 02 subestações e aproximadamente 82 km de linha de transmissão na tensão de 500 kV conforme quadro a seguir:

Linha de transmissão – Características Físicas						
	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Capac. Transform. (MVA)	Início Operação Comercial	Venc. da Outorga
Itabirito II – Vespasiano II	Simplex	500	82	N/A	Jun/2020	Mai/2044

A Companhia receberá Receita Anual Permitida (RAP) reajustada pelo IPCA e correção a partir de julho de cada ano.

	RAP – R\$ mil - (*)	Mês Base Reajuste	Índice de Correção
MAR	17.754	Junho	IPCA

(*) RAP estabelecida pela resolução homologatória ANEEL nº 2.895 de 13 de julho de 2021, alterada pela resolução homologatória ANEEL nº 2.959 de 05 de outubro de 2021.

Considerando as instalações de transmissão em operação, a RAP esperada - sem considerar novos projetos é de R\$18.427 mil para 2022 a 2026 (aumento de 3,87% em relação a 2021), conforme quadro a seguir:

RAP Esperada - em moeda constante de 31/12/2021							
Linha de Transmissão	2020 (*)	2021 (*)	2022	2023	2024	2025	2026
MAR	10.099	17.740	18.427	18.427	18.427	18.427	18.427

(*) RAP realizada.

Desempenho Financeiro - R\$ mil	2021	2020
Receita operacional líquida	15.213	8.954
EBITDA	9.643	8.052
Margem EBITDA	63,39%	89,93%
<u>Reconciliação do EBITDA</u>		
Lucro do exercício	4.008	5.063
Resultado Financeiro	137	45
Depreciação e amortização	4.888	2.428
Imposto de renda e contribuição social	610	516
EBITDA	9.643	8.052

EBITDA - É o lucro líquido antes dos impostos, das despesas financeiras líquidas e dos custos de depreciação e amortização. O EBITDA não é reconhecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, não representa um fluxo de caixa para os exercícios apresentados, e não deve ser considerado como um lucro líquido alternativo, tampouco é indicador de desempenho.

Política de qualidade

A MAR, respaldada pela Alta Administração, manifesta seu compromisso com a qualidade, declarando como diretrizes globais da Companhia o completo atendimento dos requisitos do cliente, o comprometimento com a melhoria contínua e a excelência no sistema de gestão da qualidade, direcionados à execução dos serviços de operação e manutenção de transmissão de energia elétrica.

Governança Corporativa

A Taesa realiza as atividades administrativas da MAR e procura implantar na concessão os mesmos princípios de Governança Corporativa e Qualidade, comuns a todas as concessões do Grupo.

Declaração da Diretoria

Os membros da Diretoria, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia e com a opinião do auditor independente da Companhia expressa no Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias de 31 de dezembro de 2021.

Relacionamento com o Auditor Independente

A Companhia contratou a Ernst&Young Auditores Independentes S.S. ("EY Brasil") para prestar serviços de auditoria independente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 pelo valor de R\$66 mil.

As políticas da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa do seu auditor independente visam assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela diretoria com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir determinação da ANEEL. Conseqüentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras societárias

A Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 23 de março de 2022.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Pia Leocádia de Avellar Peralta
Contadora CRC-1RJ101080/O-0

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ativos			
<i>Ativos circulantes</i>			
Equivalentes de caixa	4	2.720	6.683
Conta a receber de Concess. e Permissionárias	5	1.345	1.830
Impostos e contribuições sociais	6	546	316
Outras contas a receber		140	142
Total dos ativos circulantes		<u>4.751</u>	<u>8.971</u>
<i>Ativos não circulantes</i>			
Depósitos Judiciais		4.607	3.444
Conta a receber de Concess. e Permissionárias	5	3	1
Imobilizado	7	162.668	168.861
Intangível	7	7.869	7.869
Total dos ativos não circulantes		<u>175.147</u>	<u>180.175</u>
Total dos ativos		<u>179.898</u>	<u>189.146</u>
Passivos			
<i>Passivos circulantes</i>			
Fornecedores	9	1.198	4.692
Impostos e contribuições sociais	6	379	307
Taxa Regulamentares		95	57
Dividendos a pagar	8	11.400	4.534
Outras contas a pagar		95	146
Total dos passivos circulantes		<u>13.167</u>	<u>9.736</u>
<i>Passivos não circulante</i>			
Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	10	4.656	4.115
Outras contas a pagar		611	332
Total dos passivos não circulante		<u>5.267</u>	<u>4.447</u>
<i>Patrimônio líquido</i>			
Capital social		174.500	174.500
Reserva de lucros		19.699	1.706
Dividendos adicionais propostos		2.298	11.187
(Prejuízos) acumulados		(35.033)	(12.430)
Total do patrimônio líquido	11	<u>161.464</u>	<u>174.963</u>
Total dos passivos e do patrimônio líquido		<u>179.898</u>	<u>189.146</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

Demonstração do resultado para o exercício findo
em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais- R\$)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Disponibilização do sistema de transmissão		17.740	10.099
Parcela variável		(1.693)	(580)
Receita bruta		<u>16.047</u>	<u>9.519</u>
PIS e COFINS correntes		(596)	(360)
ICMS		-	(79)
Quota para RGR, P&D, TFSEE		(238)	(126)
Tributos e encargos		<u>(834)</u>	<u>(565)</u>
Receita Líquida	16	<u>15.213</u>	<u>8.954</u>
Pessoal		(22)	(2)
Material		(7)	-
Serviços de terceiros		(1.703)	(619)
Depreciação e amortização		(4.888)	(2.428)
Outros custos operacionais		(3.583)	(4)
Custos operacionais	17	<u>(10.203)</u>	<u>(3.053)</u>
Lucro bruto		<u>5.010</u>	<u>5.901</u>
Pessoal		(26)	(173)
Serviços de terceiros		(890)	(490)
Outras despesas operacionais líquidas		387	386
Despesas operacionais	17	<u>(529)</u>	<u>(277)</u>
Resultado da atividade		<u>4.481</u>	<u>5.624</u>
Receitas financeiras		1.193	216
Despesas financeiras		(1.056)	(261)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		<u>137</u>	<u>(45)</u>
Resultado antes dos impostos e contribuições		<u>4.618</u>	<u>5.579</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	12	<u>(610)</u>	<u>(516)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>4.008</u>	<u>5.063</u>
Lucro por ação			
Lucro por ação ordinária – básico e diluído (em R\$)	15	<u>0,02297</u>	<u>0,02901</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

Demonstração do resultado abrangente para o exercício findo
em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro líquido do exercício	4.008	5.063
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	<u>4.008</u>	<u>5.063</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo
Em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de lucros			Dividendos adicionais propostos	(Prejuízos) acumulados	Total
			Legal	Especial	Lucros a Realizar			
Saldos em 31 de dezembro de 2019		147.000	885	26.562	-	(28.319)	146.128	
Aumento de capital		27.500	-	-	-	-	27.500	
Impactos Ofício CVM 04/2020 sobre a destinação do resultado societário		-	-	(26.525)	-	26.525	-	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	5.063	5.063	
Destinação do lucro líquido do exercício (societário):								
Reserva legal		-	784	-	-	(784)	-	
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(3.728)	(3.728)	
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	11.187	(11.187)	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	11	174.500	1.669	37	-	(12.430)	174.963	
Dividendos adicionais propostos aprovados		-	-	-	-	(11.187)	(11.187)	
Reclassificação entre reservas de lucro		-	(885)	885	-	-	-	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	4.008	4.008	
Destinação do lucro líquido do exercício (societário):								
Reserva legal		-	1.331	-	-	(1.331)	-	
Reserva Lucros a realizar		-	-	-	16.662	(16.662)	-	
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(6.320)	(6.320)	
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	2.298	(2.298)	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	11	174.500	2.115	922	16.662	(35.033)	161.464	

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

Demonstração dos Fluxos de Caixa para o exercício findo
em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		4.008	5.063
Ajustes para:			
(Reversões) de contingências cíveis	10	(469)	-
Depreciação e amortização		4.888	2.428
Imposto de renda e contribuição social correntes	12	610	516
Receita de atualização de depósitos judiciais	18	(973)	-
Despesa de atualização monetária de contingências	18	958	-
Receitas Financeiras		-	(216)
Variações nos ativos e passivos:			
Redução (aumento) no saldo de clientes		483	(1.778)
(Aumento) no saldo de impostos e contribuições sociais ativos, líquido dos passivos		(19)	(1.206)
Redução de outras contas a receber e depósitos judiciais		673	36
(Redução) aumento no saldo de fornecedores		(3.494)	337
Aumento no saldo de taxas regulamentares		38	57
(Redução) aumento nas outras contas a pagar		(579)	261
Caixa gerado nas atividades operacionais		<u>6.124</u>	<u>5.498</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		<u>(749)</u>	<u>(319)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>5.375</u>	<u>5.179</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Redução no saldo de títulos e valores mobiliários		-	8.622
Baixas (adições) no imobilizado e intangível		1.303	(34.621)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimentos		<u>1.303</u>	<u>(25.999)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento de dividendos	8	(10.641)	-
Aumento de capital		-	27.500
Caixa líquido (aplicado) gerado pelas atividades de financiamentos		<u>(10.641)</u>	<u>27.500</u>
(Redução) aumento líquido nos equivalentes de caixa		<u>(3.963)</u>	<u>6.680</u>
Saldo inicial dos equivalentes de caixa	4	6.683	3
Saldo final dos equivalentes de caixa	4	<u>2.720</u>	<u>6.683</u>
(Redução) aumento líquido nos equivalentes de caixa		<u>(3.963)</u>	<u>6.680</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Mariana Transmissora de Energia S.A. ("MAR" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 18 de dezembro de 2013, que tem como objeto principal a exploração da concessão de serviços públicos de transmissão relativos às instalações de transmissão de energia elétrica denominada Itabirito II - Vespasiano II de 500Kv, conforme estabelecido no Edital de Leilão nº 013/2013, emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

O empreendimento completa o anel de 500kV da Região Metropolitana de Belo Horizonte, interligando grandes usinas hidrelétricas ao Sistema Interligado Nacional e reforçando a confiabilidade e o atendimento à região central, bem como as regiões leste do estado de Minas Gerais e parte do estado do Espírito Santo. A entrada em operação comercial do empreendimento, objeto do Contrato de Concessão nº 011/2014, ocorreu em 04 de junho de 2020, com o Termo de Liberação Definitivo emitido em 08 de junho de 2020, para todas as funções transmissão de MAR.

A Licença de Instalação foi emitida em 24 de janeiro de 2019, após 56 meses da assinatura do contrato de concessão. As obras foram concluídas em 16 meses, dentro do cronograma de construção previsto no citado contrato. A MAR protocolou junto à ANEEL, pedido de reconhecimento de excludente de responsabilidade em decorrência de atraso na entrada em operação comercial por fatos originados por terceiros (órgão ambiental). Com este pedido, a Companhia busca a recomposição dos prejuízos causados. Através do Despacho ANEEL nº 3.257/2021 publicado no D.O. em 28 de outubro de 2021, a ANEEL, deliberou sobre os pedidos apresentados pela MAR. A Diretoria Colegiada da ANEEL reconheceu 883 dias de recomposição contratual em favor da MAR, prorrogando o prazo do contrato de concessão, formalizado através da celebração do Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, em 20 de janeiro de 2022.

Pela parcela de atraso imputada à MAR, foi aplicado um desconto de R\$2.011 na RAP, por meio de Parcela Variável por Atraso (PVA). Este valor foi descontando em 18 parcelas mensais, sendo liquidado em janeiro de 2022. Ademais, foi emitida uma Multa Administrativa no montante de R\$4.774.

Em sede de procedimento administrativo, a MAR requereu junto à Superintendência de Administração e Finanças (SAF/ANEEL), o desconto de 25% (R\$1.194) sobre o valor total da multa, utilizando-se dos benefícios trazidos pela REN nº 846/2019 (Penalidades), o que foi atendido pela Superintendência. A Procuradoria Federal da ANEEL (PF), por meio do Parecer n.00370/2021/PFANEEL/PGF/AGU), se manifestou no sentido de que, alinhado ao aspecto finalístico do art. 38, em seu § 2º, da REN n. 846/2019, entende-se pela incidência da redução no valor da multa. Através do Memorando nº 360/2021-SAF/ANEEL, a SAF/ANEEL comunicou a Superintendência de Concessões, Permissões e Autorizações de Transmissão e Distribuição (SCT/ANEEL) sobre a quitação da multa para o consequente arquivamento do processo.

A MAR é uma controlada da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa"), e, de acordo com o previsto no Contrato de Concessão assinado com a ANEEL, a Taesa, como acionista controlador, possui o compromisso de garantir que todas as obrigações e encargos estabelecidos no referido contrato sejam cumpridos.

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela ANEEL através da resolução normativa nº 605, de 11 de março de 2014. As demonstrações contábeis regulatórias foram aprovadas pela Administração em 29 de abril de 2022.

Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas para a preparação das demonstrações financeiras societárias e demonstrações contábeis regulatórias, uma vez que o MCSE especifica um tratamento ou divulgação alternativa para certos aspectos. As diferenças para as práticas contábeis adotadas para a preparação das demonstrações financeiras societárias e demonstrações contábeis regulatórias estão descritas na nota explicativa nº 21.

2.1. Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros não derivativos, mensurados ao valor justo por meio do resultado.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

a) Avaliação de instrumentos financeiros – São utilizadas premissas e técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

b) Impostos, contribuições e tributos - Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos, já registradas. São constituídas provisões, quando aplicável, com base em estimativas para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua, baseadas em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável.

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício
findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2.4. Informações por segmento

A Companhia atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica e realiza atividade de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado com o ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas em conformidade com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).

3.1. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração - Itens do imobilizado operacional e administrativo são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("*impairment*") acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

3.2. Intangível

Reconhecimento e mensuração - Registrado ao custo de aquisição ou construção. Ganhos e perdas na alienação de um item do intangível (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do intangível), são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

3.3. Reconhecimento de receita

A receita de disponibilização do sistema de transmissão é reconhecida mensalmente na fase operacional, com base no valor da receita anual permitida - RAP. A Companhia realiza atividades de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado com o ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST, que estabelece os termos e as condições que irão regular a administração do ONS na cobrança e na liquidação dos encargos de uso da transmissão. Desta forma, a Companhia não tem influência sobre quais são os usuários da linha de transmissão e quanto cada um deles deverá pagar por esse acesso, definição está, de inteira responsabilidade do ONS.

3.4. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, que é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos, e atualização monetária de depósitos judiciais.

As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária de contingências e outros.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

3.5 Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Classificação e mensuração - Os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta seus instrumentos financeiros da seguinte forma:

- Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

- Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

(i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros ("impairment") - O modelo de perdas esperadas é aplicado aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

(ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como VJR quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

3.6. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base no regime do lucro presumido considerando as seguintes premissas: (i) Imposto de renda - base de cálculo de 8% da receita, alíquota do imposto de renda de 15% e adicional de 10% sobre a base tributável excedente de R\$240; e (ii) Contribuição social - base de cálculo de 12% da receita e alíquota da contribuição social de 9%.

A base de cálculo é a receita bruta auferida trimestralmente acrescida de ganhos de capital, dos rendimentos e ganhos líquidos auferidos em aplicações financeiras (renda fixa e variável) e das variações monetárias ativas e demais resultados positivos obtidos pela Companhia.

3.7 Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e da média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado considerando o efeito de instrumentos dilutivos, quando aplicável.

3.8 Demonstrações dos fluxos de caixa ("DFC")

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que os juros pagos representam custos para obtenção de seus recursos financeiros.

3.9 Normas e interpretações novas e revisadas

As normas e interpretações novas e revisadas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis regulatórias da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível e aprovadas pela ANEEL, quando entrarem em vigor.

Alterações no CPC 00: Referência à Estrutura Conceitual - Em 14 de maio de 2020 o IASB emitiu alterações à IFRS 3, correlacionado ao CPC 00. As alterações atualizam uma referência desatualizada à Estrutura Conceitual na IFRS 3 sem alterar significativamente os requisitos da norma.

Essas alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2022 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual.

Alterações no CPC 25: Contratos Onerosos - Custo de Cumprimento de um Contrato - Em 14 de maio de 2020 o IASB emitiu alterações à IAS 37, correlacionada ao CPC 25. As alterações especificam que o "custo de cumprir" um contrato inclui os "custos que se relacionam diretamente com o contrato". Os custos que se relacionam diretamente com um contrato podem ser custos incrementais de cumprimento desse contrato (exemplos seriam mão de obra direta, materiais) ou uma alocação de outros custos relacionados diretamente ao cumprimento de contratos (um exemplo seria a alocação do encargo de depreciação para um item do ativo imobilizado utilizado no cumprimento do contrato).

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Essas alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2022 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante - Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- (i) O que significa um direito de postergar a liquidação;
- (ii) Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- (iii) Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- (iv) Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual.

Alterações no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica - A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, contendo o Plano de Contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas e financeiras resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2022.

4. EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2021	31/12/2020
Bancos	18	14
Aplicações Financeiras	2.702	6.669
	2.720	6.683

Taxa de rentabilidade anual acumulada	31/12/2021	31/12/2020
CDB	101,51% do CDI	101,28% do CDI

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. CONTAS A RECEBER DE CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

Composição do Contas a Receber	Valores Correntes					31/12/2021	31/12/2020
	Correntes a Vencer	Correntes Vencidos					
	Até 60 dias	Até 90 dias	de 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		
Encargos de Uso da Rede Elétrica	1.341	3	-	3	1	1.348	1.831

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	31/12/2021	31/12/2020
Concessionários e Permissionários	1.348	1.831
Circulante	1.345	1.830
Não circulante	3	1

- Principais características dos contratos de concessão

RAP - A prestação do serviço público de transmissão ocorrerá mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA.

Faturamento da receita de operação, manutenção e implementação da infraestrutura - Pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito ao faturamento anual de operação, manutenção e implementação da infraestrutura, reajustado e revisado anualmente.

Parcela variável - A receita de operação, manutenção e implementação da infraestrutura estará sujeita a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST.

A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% da receita anual de operação, manutenção e construção da transmissora, relativa ao período contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive esse mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado, a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº 318, de 6 de outubro de 1998, no valor máximo por infração incorrida de 2% do valor do faturamento anual de operação, manutenção e implementação de infraestrutura dos últimos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração.

Extinção da concessão e reversão de bens vinculados - O advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, sendo procedidos os levantamentos e as avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos da Reserva Global de Reversão – RGR. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pelas concessões das linhas de transmissão de energia por meio de investimentos adicionais quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica. A Administração entende que a melhor estimativa para o valor de indenização é o valor residual do ativo imobilizado.

Renovação - A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, mediante requerimento da transmissora.

Aspectos ambientais - A transmissora deverá construir, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis, adotando todas as providências necessárias perante o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Descumprimento de penalidades - Nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração ou notificação ou determinação da ANEEL e dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o Poder Concedente, a ANEEL, os usuários e terceiros, e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade, a ANEEL poderá propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissora e levá-lo a leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso da caducidade. Aos controladores será transferido, do montante apurado, o valor equivalente às respectivas participações.

Estrutura de formação da RAP - A Companhia é remunerada pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica e da Rede Básica de Fronteira, não estando vinculada à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão. A remuneração pelas Demais Instalações de Transmissão - DIT que não pertencem à Rede Básica é feita por meio de uma tarifa definida pela ANEEL.

Ciclo 2021-2022			Ciclo 2020-2021		
Resolução 2.959 de 05/10/2021 (*)			Resolução 2.725 de 14/07/2020		
Período: de 01/07/2021 a 30/06/2022			Período: de 01/07/2020 a 30/06/2021		
RAP	PA	Total	RAP	PA	Total
17.754	(444)	17.310	16.431	9	16.440

(*) A Resolução Homologatória nº 2.959 de 05 de outubro de 2021 alterou a Resolução Homologatória nº 2.895 de 13 de julho de 2021.

6. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	31/12/2021	31/12/2020
<u>Ativo circulante</u>		
Imposto de Renda a compensar	443	212
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	59	61
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS a compensar	34	34
Outros	10	9
	546	316
<u>Passivo circulante</u>		
INSS, FGTS, ISS e ICMS	240	97
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	(12)	25
Outros	151	185
	379	307

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

7. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Imobilizado	Taxa média de depreciação	Valor Bruto em 2020	Adições (baixas)	Valor Bruto em 2021	Depreciação 2021	Valor Líquido 2021	Valor Líquido 2020
<i>Ativo Imobilizado em Serviço</i>							
<u>Transmissão</u>							
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,4%	4.715	-	4.715	(257)	4.458	4.616
Máquinas e equipamentos	2,9%	162.091	-	162.091	(7.061)	155.030	159.762
		166.806	-	166.806	(7.318)	159.488	164.378
<i>Ativo Imobilizado em Curso</i>							
<u>Transmissão</u>							
Máquinas, equipamentos e almoxarifado		2.424	-	2.424	-	2.424	2.424
Adiantamento a fornecedores		2.021	(1.597)	424	-	424	2.021
		4.445	(1.597)	2.848	-	2.848	4.445
<u>Administração</u>							
Edificações		-	277	277	-	277	-
Máquinas e equipamentos		38	17	55	-	55	38
		38	294	332	-	332	38
Total do Ativo Imobilizado		171.289	(1.303)	169.986	(7.318)	162.668	168.861
Intangível							
		Valor Bruto em 2021	Valor Bruto em 2021	Valor Líquido 2021	Valor Líquido 2020		
<i>Ativo Intangível em Serviço</i>							
<u>Transmissão</u>							
Servidões		7.860	7.860	7.860	7.860	7.860	7.860
		7.860	7.860	7.860	7.860	7.860	7.860
<i>Ativo Intangível em Curso</i>							
Outros intangíveis em curso		9	9	9	9	9	9
Total do Ativo Intangível		7.869	7.869	7.869	7.869	7.869	7.869

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Imobilizado e intangível	Taxas anuais médias de depreciação	2021			2020
		Valor Bruto	Deprec. e amortiz. acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
<i>Em serviço</i>					
Transmissão - Custo histórico	2,8%	174.666	(7.318)	167.348	172.238
		174.666	(7.318)	167.348	172.238
<i>Em curso</i>					
Transmissão - Custo histórico		2.857	-	2.857	4.454
Administração - Custo histórico		332		332	38
		3.189	-	3.189	4.492
Total do imobilizado e intangível		177.855	(7.318)	170.537	176.730

Composição das adições por tipo de gasto capitalizado	Edificações	Outros	Total
<i>Em Curso</i>			
Máquinas e equipamentos	-	17	17
Edificações	277	-	277
Total do imobilizado e intangível em curso	277	17	294

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

8. PARTES RELACIONADAS

I – Outras Contas a receber – OCR e Outras contas a pagar – OCP.

a) Ativos e receitas

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas				
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor original	Período de vigência	Taxa juros /Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção e outras informações relevantes
<u>Transações com a controladora e empresa do Grupo Taesa</u>					
1	OCR x disponibilidades - Reembolso de despesas - Taesa (*)	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária	Não houve.
2	OCR x disponibilidades - Reembolso de despesas - Miracema (*)	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária	Não houve.
<u>Transações com empresa ligada</u>					
3	CRCP x receitas - Contrato de prestação de serviço de transmissão de energia elétrica ("PSTEL") – CEMIG	Os valores são definidos pela ONS a cada emissão do AVC	Até o término da concessão	N/A	Não Aplicável.

(*) Como parte do processo de gerenciamento e rateio dos custos e despesas do Grupo Taesa, em determinadas situações uma das empresas efetua o pagamento desses gastos por conta e ordem de outras empresas do Grupo Taesa.

R E F	Contratos e outras transações	Ativo		Receita	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<u>Transações com a controladora e empresa do Grupo Taesa</u>					
1	Reembolso de despesas – Taesa	-	1	-	-
2	Reembolso de despesas – Miracema	2	-	-	-
<u>Transações com empresa ligada</u>					
3	PSTEL – CEMIG	68	111	984	609
		70	112	984	609

b) Passivo de despesas

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas				
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor original	Período de vigência	Taxa de juros /Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção e outras informações relevantes
<u>Transações com a Controladora</u>					
1	OCP x Outras receitas - Serviços de "back-office" –Taesa	R\$ 27 Valor mensal	05/11/2019 a 05/11/2024	Multa de 2% a. m. + juros de mora / Atualização anual pelo IPCA	O presente contrato foi rescindido e absorvido integralmente pelo contrato de Compartilhamento de Infraestrutura e Recursos Humanos.
2	OCP x Despesas operacionais – Compartilhamento de Infra. e RH – Taesa	N/A	01/12/2021 a 01/12/2026	Multa de 2% do valor total do contrato / atualização do ativo imobilizado bruto pela inflação conforme critério de rateio adotado.	Os valores são definidos através do critério de rateio e alocação usa o ativo imobilizado da contratante como base. Caso ocorra variações consideráveis nos critérios de alocação, a contratante poderá solicitar a revisão através da formalização através do termo aditivo.
<u>Transações com empresa ligada</u>					
3	Contrato de compartilhamento de instalações - Cemig GT	R\$205 parcela única e R\$13 Valor mensal	12/11/2015 até a extinção da concessão de uma das partes	Atualização anual pelo IPCA	Não houve.

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas				
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor original	Período de vigência	Taxa de juros /Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção e outras informações relevantes
4	Contrato de Operação e Manutenção - Cemig GT	R\$48 Valor mensal	03/03/2020 à 02/03/2025	Atualização anual pelo IPCA	O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante comunicação por escrito com antecedência mínima de 180 dias; em decorrência do descumprimento das condições avençadas; e na ocorrência de sado fortuito ou força maior.

R E F	Contratos e outras transações	Passivo		Custos e Despesas	
		31/12/2021	31/12/2020	2021	2020
	<u>Transações com a controladora</u>				
1	Serviços de "Back-office" – Taesa	-	27	324	334
2	Serviços de Compartilhamento de Infra. e RH - Taesa	58	-	58	-
	<u>Transações com empresa ligada</u>				
3	CCI – CEMIG GT	-	16	233	116
4	O&M – CEMIG GT	-	46	605	378
		58	89	1.220	828

II – Dividendos a pagar

Dividendos a pagar	31/12/2020	Adição	Pagamento	31/12/2021
Dividendos a pagar à Taesa	4.534	17.507	(10.641)	11.400

Dividendos a pagar	31/12/2019	Adição	31/12/2020
Dividendos a pagar à Taesa	806	3.728	4.534

III - Remuneração dos administradores

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os administradores da Companhia abdicaram qualquer tipo de remuneração pelo desempenho de suas funções.

9. FORNECEDORES

	31/12/2021	31/12/2020
Brametal S.A.	530	530
Biocev Serviços de Meio Ambiente Ltda	658	1.208
Outros	10	2.954
	1.198	4.692

Os saldos referem-se basicamente aos compromissos assumidos para a implementação das instalações de transmissão.

10. PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS E PASSIVOS CONTINGENTES

A Companhia é parte em ações judiciais perante vários tribunais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo aspectos cíveis.

Com base na opinião de seus assessores jurídicos externos, a Companhia constituiu provisão para riscos cíveis, referentes a faixa de servidão, em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso. A Companhia possui depósitos judiciais relativos a estas ações no valor atualizado de R\$4.607.

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	31/12/2020	Adições	Reversões	Servidões	Atualização	Baixas	31/12/2021
Cíveis	4.115	183	(652)	861	958	(809)	4.656

	31/12/2019	Baixas	31/12/2020
Cíveis	4.126	(11)	4.115

Passivos contingentes

Em 31 de dezembro 2021, com base na opinião dos consultores jurídicos externos, o montante de causas com risco de perda classificados como possível era no valor atualizado de R\$79, referentes a causas fiscais, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social – Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital subscrito e integralizado era R\$174.500 representado por 174.500.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Os titulares de ações ordinárias têm direito a um voto por ação nas Assembleias Gerais.

Reserva de lucros: (a) Reserva legal - constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, (b) Reserva especial – constituída com base no artigo 202, inciso III, parágrafo 5º da Lei nº 6.404/76 e (c) Reserva de lucros a realizar - constituída com base no artigo 197 da nº Lei 6.404/76.

Remuneração aos acionistas - O estatuto social da Companhia prevê o pagamento de dividendos anual mínimo obrigatório de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício apurado na forma da Lei nº 6.404/76.

Proposta de destinação do resultado líquido do exercício - Societário

Destinação do lucro líquido do exercício	2021	2020 (*)
Lucro líquido do exercício	26.611	15.699
- Reserva legal (5%)	(1.331)	(784)
- Dividendos obrigatórios	(6.320)	(3.728)
- Dividendos adicionais propostos	(2.298)	(11.187)
- Reserva de lucros a realizar	(16.662)	-

(*) A AGO de 30 de abril de 2021 ratificou a proposta de destinação do resultado do exercício de 2020.

12. CRÉDITO (DESPESA) DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Correntes - Calculados sobre a receita bruta com base no regime do lucro presumido.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social	2021		2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita operacional bruta – Societário	33.190	16.047	55.285	55.285
(+) Ajuste - Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09	(16.866)	277	(45.432)	(45.432)
Base de Cálculo	16.324	16.324	9.853	9.853
Percentual	8%	12%	8%	12%
	1.306	1.959	788	1.182
Demais receitas:				
Renda de aplicação financeira	220	220	216	216
Outras receitas financeiras	-	-	485	485
	220	220	701	701
Base de cálculo	1.526	2.179	1.489	1.883
Imposto de renda - 15%	(229)	-	(223)	-
Adicional de imposto de renda - 10%	(128)	-	(124)	-
Contribuição social - 9%	-	(196)	-	(169)
Ajustes de exercícios anteriores	(57)	-	-	-
Total de despesa	(414)	(196)	(347)	(169)
Total de IRPJ e CSLL		(610)		(516)

13. COBERTURA DE SEGUROS

Tipo de Seguro	Seguradora	Vigência	Limite Máximo de Indenização	Prêmio
Responsabilidade Civil de Diretores e Administradores	EZZE Seguros	18/09/21 a 18/09/22	40.000	1
Responsabilidade Civil Geral	Fator Seguros	20/09/21 a 19/09/22	10.000	1

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

14.1 Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos da Companhia visa identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela Administração. Esses riscos incluem os riscos de capital, de mercado (risco de taxa de juros e outros riscos operacionais, quando aplicável), de crédito e de liquidez. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados.

14.2 Gestão do risco de capital

A Companhia administra seus capitais para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações.

14.3 Categorias de instrumentos financeiros

	31/12/2021	31/12/2020
<u>Ativos financeiros</u>		
Valor justo por meio do resultado:		
- Aplicações financeiras de curto prazo	2.702	6.669
Custo amortizado:		
- Caixa e bancos	18	14
- Contas a receber de concessionárias e permissionárias	1.348	1.831
	4.068	8.514

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	31/12/2021	31/12/2020
<u>Ativos financeiros</u>		
<u>Passivos financeiros</u>		
Outros passivos financeiros ao custo amortizado:		
- Fornecedores	1.198	4.692
- Rateio de antecipação e parcela de ajuste	610	333
	<u>1.808</u>	<u>5.025</u>

14.4 Risco de mercado

14.4.1 Gestão do risco de taxa de juros

A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, as concessionárias poderiam não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.

Para minimizar o risco de captação insuficiente de recursos com custos e prazos de reembolso considerados adequados, a Companhia monitora permanentemente o cronograma de pagamento de suas obrigações e a sua geração de caixa. Não houve mudança relevante na exposição da Companhia quanto aos riscos de mercado ou na maneira pela qual ela administra e mensura esses riscos.

A Companhia está exposta às flutuações de taxa de juros pós-fixadas sobre aplicações financeiras. Esse risco é administrado por meio do monitoramento dos movimentos de taxas de juros.

14.4.2 Análises de sensibilidade sobre instrumentos financeiros

As análises de sensibilidade foram elaboradas com base na exposição líquida da Companhia às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos relevantes, em aberto no fim do exercício deste relatório. Essas análises foram preparadas assumindo que o valor dos ativos a seguir estivesse em aberto durante todo o exercício, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos.

	31/12/2021	Cenário provável em 31/12/2022
CDI (a)	4,39%	13,00%

(a) Conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil - BACEN (Relatório Focus - Mediana Top 5 de médio prazo), em 25 de março de 2022 - Fonte externa independente.

Exposição líquida dos instrumentos financeiros não derivativos	31/12/2021	Efeito no LAIR - 2022- (redução) Provável
Equivalentes de caixa – Aplicações financeiras de curto prazo – CDI	2.702	233

14.5 Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. Esse risco é basicamente proveniente dos investimentos mantidos com bancos e instituições financeiras.

O risco de crédito do saldo mantido em caixa e equivalentes de caixa é limitado porque as contrapartes são representadas por bancos e instituições financeiras que possuem níveis de

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

classificação de crédito (“ratings”) satisfatórios, o que caracteriza uma grande probabilidade de que nenhuma contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.

Com relação ao risco de crédito proveniente das transações com clientes e o ativo de contrato de concessão, a Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para perdas ou análises de crédito em relação aos seus clientes, pois o CUST, celebrado entre o ONS e os usuários da rede, tem como finalidade garantir o recebimento dos valores devidos pelos usuários às Transmissoras, pelos serviços prestados. Ademais, o CUST institui mecanismos de proteção ao pagamento dos encargos pelos usuários, por meio da celebração do Contrato de Constituição de Garantia - CCG ou da Carta de Fiança Bancária - CFB. É através do CUST que é realizada a administração da cobrança e liquidação dos encargos de uso da transmissão e da execução do sistema de garantias, no qual o ONS atua em nome das concessionárias de transmissão. As principais vantagens desses mecanismos de proteção são: (i) riscos diluídos, pois todos os usuários têm a obrigação de pagar a todas transmissoras; (ii) as garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários; e (iii) negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissoras e usuários. No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

14.6 Gestão dos riscos operacionais

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Os principais riscos operacionais aos quais a Companhia está exposta, são:

Riscos regulatórios - Extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS, Ministério do Meio Ambiente. Caso a Companhia venha a infringir quaisquer disposições da legislação ou regulamentação aplicáveis, a referida infração pode significar a imposição de sanções pelas autoridades competentes.

Risco de seguros - Contratação de seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas subestações. Apesar da adoção de critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, danos nas linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica não são cobertos por tais seguros, o que poderia acarretar custos e investimentos adicionais significativos.

Risco de interrupção do serviço - Em caso de interrupção do serviço, a Companhia estará sujeita à redução de sua receita por meio da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas - Caso a Companhia expanda os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão, poderá incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades. Caso ocorra algum atraso ou

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

algum dano ambiental no âmbito da construção e desenvolvimento de infraestruturas, tais eventos poderão prejudicar o desempenho operacional da Companhia ou atrasar seus programas de expansão, hipótese em que a performance financeira da Companhia poderia sofrer um impacto adverso.

Dado que a Companhia pode depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações, estão sujeitas a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados.

Adicionalmente, devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, há disponibilidade de poucos fornecedores e, para determinados equipamentos, há um único fornecedor.

Caso algum fornecedor descontinue a produção ou interrompa a venda de quaisquer dos equipamentos adquiridos, pode não haver possibilidade de aquisição de tal equipamento com outros fornecedores. Nesse caso, a prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica poderá ser afetada, sendo obrigada a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa a sua condição financeira e seus resultados operacionais.

Risco técnico - Eventos de caso fortuito ou força maior podem causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários à recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia. Caso tais riscos se materializem, o desempenho financeiro e operacional da Companhia poderá sofrer um impacto adverso.

Risco de contencioso - A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, que são acompanhados pelos seus assessores jurídicos. A Companhia analisa periodicamente as informações disponibilizadas pelos seus assessores jurídicos para concluir sobre a probabilidade de êxito final das causas, evitando a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos.

A Administração da Companhia é responsável pelo desenvolvimento e implantação de controles para mitigar os riscos operacionais: (i) exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; (ii) exigências para a reconciliação e o monitoramento de operações; (iii) cumprimento com exigências regulatórias e legais; (iv) documentação de controles e procedimentos; (v) exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; (vi) exigências de reportar os prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; (vii) desenvolvimento de planos de contingência; (viii) treinamento e desenvolvimento profissional; (ix) padrões éticos e comerciais; e (x) mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

14.7 Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos, (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços), e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

14.7.1 Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020	Hierarquia do valor justo
Aplicações financeiras de curto prazo	4	2.702	6.669	Nível 2

15. LUCRO POR AÇÃO

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	4.008	5.063
Quantidade de ações ordinárias	174.500	174.500
Lucro por ação ordinária – básico e diluído	0,02297	0,02901

16. RECEITA LÍQUIDA

Composição da receita líquida	2021	2020
Disponibilização do sistema de transmissão	17.740	10.099
Parcela variável	(1.693)	(580)
Receita bruta	16.047	9.519
PIS e COFINS correntes	(596)	(360)
ICMS	-	(79)
Encargos Setoriais ANEEL - Quota para RGR, P&D, TFSEE	(238)	(126)
Tributos e encargos	(834)	(565)
Receita líquida	15.213	8.954

17. NATUREZA DE CUSTOS E DESPESAS

	2021	2020
-Remuneração direta	(44)	(115)
-Benefícios	(3)	(2)
-FGTS e INSS	(1)	(58)
Pessoal	(48)	(175)
Depreciação e amortização	(4.888)	(2.428)
Materiais	(7)	-
Serviços de terceiros	(2.593)	(1.109)
Outros custos e despesas operacionais	(3.196)	382
Total custos e despesas	(10.732)	(3.330)

A demonstração do resultado utiliza uma classificação dos custos e despesas com base na sua função, cuja natureza dos principais montantes é demonstrada a seguir:

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Custos e despesas com serviços de terceiros: Referem-se basicamente a custos com operação e manutenção, compartilhamento de instalações, limpeza de faixa de servidão, e despesas de back office, consultoria administrativa, serviços gráficos e auditoria.

Outros custos e despesas operacionais: Referem-se basicamente aos custos com impostos, contribuições e taxas e reversão de despesas com indenizações.

18. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	2021	2020
Renda de aplicação financeira	220	216
Atualização de depósitos judiciais	973	-
Receitas financeiras	1.193	216
Atualização monetária de contingências	(958)	-
Outras despesas (receitas) financeiras, líquidas	(98)	(261)
Despesas financeiras	(1.056)	(261)
	137	(45)

19. OUTRAS INFORMAÇÕES

Aspectos ambientais - A Política Nacional do Meio Ambiente determina que o funcionamento regular de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental. Abaixo as licenças ambientais concedidas à Companhia:

Trecho	Licença de Instalação e operação nº	Data de emissão	Vencimento
Itabirito II – Vespasiano II	160/2018	24/01/2019	21/12/2028

COVID-19 – O início de 2020 foi marcado pela pandemia da COVID-19, que afetou todo mundo e também a Companhia. Desde então, a Companhia, em conjunto com a Taesa, vem adotando medidas para a proteção, segurança e saúde de seus colaboradores, suas famílias e as comunidades locais, a fim de proteger seu maior ativo, as pessoas, e reduzir a velocidade de disseminação do novo coronavírus no país. Assim, destacamos as principais medidas implementadas até o momento:

- Comunicação frequente e atualizada para todos os colaboradores sobre o novo coronavírus;
- Retorno gradual às atividades em modelo híbrido, intercalando presencial com home office e mantendo todos os protocolos de segurança e saúde necessários;
- Monitoramento dos empregados com apoio no tratamento de casos suspeitos ou positivos identificados da COVID-19;
- Disponibilização de diversos canais de atendimento para cuidar da saúde física e mental dos colaboradores e de seus familiares;
- Vacinação contra a gripe influenza para todos;
- Reforço de informações sobre os cuidados preventivos que devem continuar pós vacina.
- Manutenção das atividades de operação e manutenção de forma a garantir a segurança das pessoas e do sistema elétrico;

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

20. EVENTOS SUBSEQUENTES

Aprovação da Destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2021 – A AGO de 29 de abril de 2022 ratificou a destinação do Lucro Líquido de 2021 descrito na nota explicativa nº 11 – Patrimônio Líquido.

21. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, dado o não pronunciamento da ANEEL em relação a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 48 (Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS 9) e Pronunciamento Técnico CPC 47 (Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS 15), com vigência a partir de janeiro de 2018, eventuais impactos da adoção dos referidos pronunciamentos não estão sendo considerados na elaboração destas demonstrações contábeis regulatórias. Adicionalmente, uma vez que há diferenças entre as práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras societárias e as práticas adotadas nas demonstrações contábeis regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas nas duas demonstrações em questão. A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória:

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Ativos	Nota explicativa	31/12/2021			31/12/2020		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<i>Ativos Circulantes</i>							
Equivalentes de caixa		2.720	-	2.720	6.683	-	6.683
Contas a receber de concessionárias e permissionárias		1.345	-	1.345	1.830	-	1.830
Ativo de contrato de concessão	(i)	-	15.928	15.928	-	14.988	14.988
Impostos e contribuições sociais		546	-	546	316	-	316
Outras contas a receber		140	-	140	142	-	142
Total dos Ativos Circulantes		4.751	15.928	20.679	8.971	14.988	23.959
<i>Ativos Não Circulantes</i>							
Depósitos judiciais		4.607	-	4.607	3.444	-	3.444
Contas a receber de concessionárias e permissionárias		3	-	3	1	-	1
Ativo de contrato de concessão	(i)	-	203.869	203.869	-	187.666	187.666
Imobilizado	(iv)	162.668	(162.331)	337	168.861	(168.823)	38
Intangível	(iv)	7.869	(7.869)	-	7.869	(7.869)	-
Total dos Ativos Não Circulantes		175.147	33.669	208.816	180.175	10.974	191.149
Total dos Ativos		179.898	49.597	229.495	189.146	25.962	215.108
<i>Passivos</i>							
<i>Passivos Circulantes</i>							
Fornecedores		1.198	-	1.198	4.692	-	4.692
Taxas regulamentares		95	-	95	57	-	57
Impostos e contribuições sociais		379	-	379	307	-	307
Dividendos a pagar		11.400	-	11.400	4.534	-	4.534
Outras contas a pagar		95	-	95	146	-	146
Total dos Passivos Circulantes		13.167	-	13.167	9.736	-	9.736
<i>Passivos Não Circulantes</i>							
Impostos e contribuições diferidos	(ii)	-	6.770	6.770	-	6.244	6.244
Tributos diferidos	(iii)	-	7.794	7.794	-	7.288	7.288
Provisões para contingências		4.656	-	4.656	4.115	-	4.115
Outras contas a pagar		611	-	611	332	-	332
Total dos Passivos Não Circulantes		5.267	14.564	19.831	4.447	13.532	17.979
Total dos Passivos		18.434	14.564	32.998	14.183	13.532	27.715
<i>Patrimônio Líquido</i>							
Capital social		174.500	-	174.500	174.500	-	174.500
Reserva de lucros		19.699	-	19.699	1.706	-	1.706
Dividendos adicionais propostos		2.298	-	2.298	11.187	-	11.187
Prejuízos acumulados		(35.033)	35.033	-	(12.430)	12.430	-
Total do Patrimônio Líquido	(v)	161.464	35.033	196.497	174.963	12.430	187.393
Total dos Passivos e Patrimônio Líquido		179.898	49.597	229.495	189.146	25.962	215.108

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Nota explicativa	2021			2020		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Demonstração do Resultado do Exercício							
Disponibilização do sistema de transmissão		17.740	(17.740)	-	10.099	(10.099)	-
Remuneração do ativo de contrato de concessão		-	11.863	11.863	-	5.040	5.040
Correção monetária do ativo de contrato de concessão		-	20.643	20.643	-	8.596	8.596
Receita de implementação da infraestrutura		-	-	-	-	38.724	38.724
Operação e manutenção		-	2.377	2.377	-	952	952
Parcela Variável		(1.693)	-	(1.693)	(580)	-	(580)
Outras receitas		-	-	-	-	2.553	2.553
Receita bruta	(vi)	16.047	17.143	33.190	9.519	45.766	55.285
PIS e COFINS correntes		(596)	-	(596)	(360)	-	(360)
PIS e COFINS diferidos		-	(506)	(506)	-	(1.561)	(1.561)
ICMS		-	-	-	(79)	-	(79)
Quota para RGR, P&D, TFSEE		(238)	-	(238)	(126)	-	(126)
Tributos e encargos	(vii)	(834)	(506)	(1.340)	(565)	(1.561)	(2.126)
Receita operacional líquida		15.213	16.637	31.850	8.954	44.205	53.159
Pessoal		(22)	-	(22)	(2)	-	(2)
Material e outros custos de construção		(7)	1.604	1.597	-	(34.585)	(34.585)
Depreciação e amortização		(4.888)	4.888	-	(2.428)	2.428	-
Serviços de terceiros		(1.703)	-	(1.703)	(619)	-	(619)
Outros custos operacionais		(3.583)	-	(3.583)	(4)	-	(4)
Custos operacionais	(viii)	(10.203)	6.492	(3.711)	(3.053)	(32.157)	(35.210)
Lucro bruto		5.010	23.129	28.139	5.901	12.048	17.949
Pessoal		(26)	-	(26)	(173)	-	(173)
Serviços de terceiros		(890)	-	(890)	(490)	-	(490)
Outras receitas e (despesas) operacionais		387	-	387	386	-	386
Despesas operacionais		(529)	-	(529)	(277)	-	(277)
Lucro antes das receitas (despesas) financeiras, líquidas dos impostos e contribuições		4.481	23.129	27.610	5.624	12.048	17.672
Receitas financeiras		1.193	-	1.193	216	-	216
Despesas financeiras		(1.056)	-	(1.056)	(261)	-	(261)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas		137	-	137	(45)	-	(45)
Lucro antes dos impostos e das contribuições		4.618	23.129	27.747	5.579	12.048	17.627
Imposto de renda e contribuição social correntes		(610)	-	(610)	(516)	-	(516)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(ix)	-	(526)	(526)	-	(1.412)	(1.412)
Imposto de renda e contribuição social		(610)	(526)	(1.136)	(516)	(1.412)	(1.928)
Lucro líquido do exercício	(x)	4.008	22.603	26.611	5.063	10.636	15.699

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício
findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória:

(i) Ativo de contrato de concessão

A Companhia aplicou o CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes, a partir de 1º de janeiro de 2018, com base no método retrospectivo modificado. Os impactos advindos desta aplicação, referem-se basicamente a reclassificação dos saldos anteriormente registrados como ativos financeiros, para ativos de contrato de concessão.

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas (i) quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente; (ii) quando for possível identificar os direitos; (iii) quando houver substância comercial; e (iv) quando for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

a) Receita de implementação da infraestrutura - Serviços de implementação, ampliação, reforço e melhorias de instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de implementação de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos, acrescidos de margem.

A receita de implementação de infraestrutura é reconhecida em contrapartida ao ativo de contrato, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de performance de operar e manter. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo de contrato equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de performance de construir, torna-se um ativo financeiro (contas a receber de concessionárias e permissionárias), pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido.

b) Remuneração do ativo de contrato de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e leilões. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão e é determinada no início do projeto e não sofre alterações posteriores.

c) Receita de correção monetária do ativo de contrato de concessão – Correção reconhecida a partir da operacionalização do empreendimento com base no índice de inflação definido para cada contrato de concessão.

d) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, cujo reconhecimento inicia-se a partir da operacionalização do empreendimento. Esta receita é calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem.

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado, todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos e PIS e COFINS diferidos) correspondentes.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

(ii) Impostos e contribuições sociais diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso IR e CSLL diferidos.

(iii) Tributos diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso, PIS e COFINS diferidos.

(iv) Imobilizado e Intangível

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado/intangível, todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

Com a adoção do CPC 47 nas demonstrações financeiras societárias, o ativo imobilizado/intangível da Companhia foi reconhecido como ativo de contrato de concessão (CPC 47), vide nota de ajuste (i). Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado e/ou intangível. As premissas específicas para o ativo imobilizado/intangível regulatório são: (i) Garantir que o ativo imobilizado/intangível não seja afetado pelo CPC 47; e (ii) Que os ativos estejam registrados contabilmente pelo valor homologado pela ANEEL.

(v) Patrimônio Líquido

Saldo referente à diferença entre a contabilidade societária e a contabilidade regulatória, decorrente dos efeitos das aplicações do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societários e não considerado nas demonstrações contábeis regulatórias.

Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio líquido societário	196.497	187.393
Ativo de contrato de concessão (CPC 47)	(219.797)	(202.654)
Imobilizado e intangível (CPC 47)	170.200	176.692
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (CPC 47)	6.770	6.244
Tributos diferidos - PIS e COFINS (CPC 47)	7.794	7.288
Patrimônio líquido regulatório	161.464	174.963

A Companhia efetua a destinação do resultado do exercício com base na contabilidade societária.

(vi) Receita bruta

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de operação e manutenção, receita de construção e indenização, remuneração do ativo de contrato de concessão, correção monetária do ativo de contrato de concessão, decorrentes das aplicações do CPC 47. A receita para fins regulatórios é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema de transmissão, na fase de operação e os efeitos do CPC 47 são desconsiderados.

(vii) Tributos e encargos

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 e foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso, PIS e COFINS diferidos.

(viii) Custos operacionais

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo o custo de construção e os gastos de melhoria registrados no resultado no grupo de "Custos operacionais" na rubrica "Material", quando aplicável. Para fins regulatórios, esses gastos de melhoria, que não possuem RAP adicional são capitalizados e registrados como ativo imobilizado conforme o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, quando aplicável.

As despesas de depreciação e amortização referentes ao ativo imobilizado e/ou intangível, reconhecidas para fins regulatórios, são apropriadas ao resultado conforme disposto no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

(ix) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso, IR e CSLL diferidos.

(x) Lucro Líquido do exercício

Conciliação do lucro societário e regulatório	2021	2020
Lucro societário do exercício	26.611	15.699
Receita bruta (CPC 47)	(17.143)	(45.766)
Tributos e encargos - PIS e COFINS (CPC 47)	506	1.561
Custos operacionais - Materiais e outros custos de construção (CPC 47)	(1.604)	34.585
Custos operacionais - Depreciação e amortização (CPC 47)	(4.888)	(2.428)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (CPC 47)	526	1.412
Lucro regulatório do exercício	4.008	5.063

A diferença entre o resultado auferido na contabilidade societária para aquele apurado para fins regulatórios decorre dos efeitos das aplicações do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societários e eliminado nas demonstrações contábeis regulatórias.

* * * * *

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício
findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Diretoria	
Nomes	Cargo
André Augusto Telles Moreira	Diretor Presidente
Erik da Costa Breyer	Diretor Financeiro
Marco Antônio Resende Faria	Diretor Técnico
Marco Antônio Resende Faria	Diretor Jurídico e Regulatório
Fábio Antunes Fernandes	Diretor de Negócios
Luis Alessandro Alves	Diretor de Implantação

Wagner Rocha Dias
Contador
CRC-RJ-112158/O-3
CPF nº 778.993.777-49